



**HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES**

**Balancos patrimoniais**  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.410	7.377
Contas a receber	4	3.601	2.974
Estoques	5	518	920
Outras contas a receber		175	139
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.704</b>	<b>11.410</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado	7	1.898	1.898
Intangível		5	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.903</b>	<b>1.898</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.607</b>	<b>13.308</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	8	182	1.448
Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.340	1.309
Obrigações fiscais	10	85	62
Outras obrigações	11	1.242	-
Partes Relacionadas	6	25	2.150
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.874</b>	<b>4.969</b>
<b>Não circulante</b>			
Outras obrigações		1.898	1.898
Provisão para rescisões trabalhistas	13	1.102	868
Provisão para encargos trabalhistas INSS-Ceb	12	1.733	5.573
Provisão para contingências	14	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.733</b>	<b>8.339</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>7.607</b>	<b>13.308</b>

**Demonstrações do resultado**  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receita de serviços</b>		<b>31.644</b>	<b>30.625</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>	15	<b>(33.215)</b>	<b>(32.269)</b>
Medicamentos e Materiais		(1.383)	(1.553)
Pessoal		(22.434)	(22.363)
Serviços prestados		(9.398)	(8.353)
<b>Resultado bruto</b>		<b>(1.571)</b>	<b>(1.644)</b>
<b>Receitas / (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	16	(2.352)	(1.960)
Outras receitas		-	79
Receitas financeiras		118	15
Despesas financeiras		(1.266)	(23)
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(5.071)</b>	<b>(3.533)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

	2021	2020
<b>Das atividades operacionais</b>		
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(5.071)</b>	<b>(3.553)</b>
<b>Ajustes para reconciliar o (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Provisão para rescisões trabalhistas	234	868
Provisão para contingência	-	(120)
Provisão para encargo INSS – Cebas	2.515	2.343
Reversão da provisão para encargo INSS - Cebas	(6.355)	-
	<b>(8.677)</b>	<b>(442)</b>
<b>Aumento / (diminuição) nos ativos e passivos</b>		
Contas a Receber	4.444	8.844
Estoques	402	(612)
Outras contas a receber	(36)	-
Partes Relacionadas	(2.125)	(3)
Depósitos judiciais	-	-
Fornecedores	(1.266)	(1.142)
Obrigações sociais e trabalhistas	31	(310)
Obrigações fiscais	23	20
Outras obrigações	1.242	-
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(5.962)</b>	<b>6.355</b>
<b>Das atividades de investimentos</b>		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(5)	-
<b>Caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.967)</b>	<b>6.355</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	7.377	1.022
No final do exercício	1.410	7.377
<b>Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.967)</b>	<b>6.355</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)**

**1. Informações gerais**

O Instituto de Gestão e Humanização – IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 01 de setembro de 2014 foi criada uma filial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Av. Fuadi Rassi esquina com Rua 02, nº 541, quadra 11, lote 11/12, sala 13, Setor Nova Vila, com registro no CNPJ sob o nº 11.858.570/0002-14. Esta filial teve a sua gestão transferida para o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), em virtude da integração desta unidade ao Hospital Materno Infantil – HMI, operada pelo Decreto nº 7.807, de 21 de fevereiro de 2013.

Este contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 12.804, o qual vem sendo renovado anualmente.

O nono termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por 12 meses, a partir de 26 de junho de 2021 e término em 25 de junho de 2022, com o valor global estimado em R\$ 32.608.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como ganho/perda patrimonial os superávits/déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

Em 16 de abril de 2021 o IGH teve deferido seu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de 3 anos a contar da data de Publicação no Diário Oficial. Com a obtenção da renovação o Instituto e, conseqüentemente, os contratos sob a sua gestão continuam sendo beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

**2. Resumo das principais práticas contábeis**

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020, abrangem apenas as operações do Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contrato de gestão de uma Entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da Secretaria do Estado de Goiás - SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares.

Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido. Considerando-se que a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do contrato, o superávit (déficit) acumulado até a data do balanço é reconhecido numa conta de passivo (se superávit a ser devolvido ao contratante) ou de ativo (se déficit a ser ressarcido pelo contratante), até que ocorra a sua realização financeira.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 31 de março de 2022.

**2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

**2.3. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

**2.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**2.5. Contas a receber**

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.

Conforme definido no contrato com a SES/GO essa operação não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora. Dessa forma, os superávits/déficits acumulados não foram reconhecidos como ganho/perda patrimonial na expectativa de que serão compensados/reembolsados.

**HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

**2.6. Estoques**

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

**2.7. Imobilizado**

São avaliados pelo custo de aquisição. Representa os bens adquiridos pela Entidade ou cedidos pelo Poder Concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão. Ao final do contrato esses bens serão revertidos para o Poder Concedente. Dessa forma, a contrapartida dos registros é a conta de outras obrigações no passivo não circulante.

**2.8. Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As notas fiscais são registradas mediante aprovação do contratante vinculadas com a apresentação de regularidade fiscal do contratado e validação dos serviços efetivamente prestados.

**2.9. Demais passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

**2.10. Provisão para encargos trabalhistas INSS - CEBAS**

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do resultado do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Ainda que não liquidada financeiramente a provisão dos valores correspondentes à isenção previdenciária não é acrescida da incidência de encargos de mora, na expectativa de que estas provisões não serão liquidadas, isto porque o IGH, na qualidade de entidade filantrópica de assistência à saúde goza do benefício da sua isenção.

**2.11. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

**2.12. Reconhecimento de receitas e custos – apuração do resultado**

O resultado de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação da HEMNSL não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o superávit ou o (déficit) apurado é reconhecido numa conta de passivo ou de ativo, respectivamente, até que ocorra a sua realização financeira.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	98	143
Aplicações financeiras	1.312	7.234
	<u>1.410</u>	<u>7.377</u>

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplicá-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

**4. Contas a receber**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Repasso de custeio (i)	1.264	136
Direito de execução de contrato (ii)	2.337	2.838
	<u>3.601</u>	<u>2.974</u>

(i) Refere-se ao valor dos repasses mensais dos contratos de gestão ainda não recebidos do órgão público contratante;

(ii) Representa os déficits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos ou cujas negociações ainda não foram efetivadas até 31 de dezembro de 2021 e 2020;



**HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está assim demonstrada:

	Repasse de custeio	Direito de execução de contrato	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>136</b>	<b>2.838</b>	<b>2.974</b>
Faturamento	31.644	-	31.644
Recebimento de recursos	(20.342)	-	(20.342)
Glosas	(10.174)	-	(10.174)
Apuração de resultado	-	5.071	5.071
Reversão CEBAS	-	(5.572)	(5.572)
<b>Saldo Final</b>	<b>1.264</b>	<b>2.337</b>	<b>3.601</b>

**5. Estoques**

	2021	2020
Medicamentos	95	117
Material médico hospitalar	218	525
Materiais de limpeza	38	30
Materiais de expediente	29	32
Materiais diversos e outros	138	216
	<b>518</b>	<b>920</b>

**6. Partes relacionadas**

	2021	2020
<b>Passivo</b>		
Hospital Materno Infantil – HMI	25	2.150
Instituto de Gestão e Humanização - Matriz	-	-
	<b>25</b>	<b>2.150</b>

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais à operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.

**7. Imobilizado**

	2021	2020
<b>Imobilizado cedido</b>		
Móveis e utensílios	343	343
Máquinas e equipamentos	1.129	1.129
Computadores e periféricos	103	103
Veículo	83	83
<b>Imobilizado adquirido</b>		
Móveis e utensílios	4	4
Máquinas e equipamentos	216	216
Computadores e periféricos	20	20
	<b>1.898</b>	<b>1.898</b>

**8. Fornecedores**

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional da HEMNSL, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

**9. Obrigações sociais e trabalhistas**

	2021	2020
Provisões para férias	1.071	985
IR sobre folha	121	117
FGTS a recolher	-	83
Encargos sobre férias	86	79
INSS a recolher	24	23
Rescisão a Pagar	35	20
Outras	3	2
	<b>1.340</b>	<b>1.309</b>

**10. Obrigações fiscais**

	2021	2020
PIS/COFINS/CSLL a recolher	33	21
INSS a recolher – PJ	20	14
ISS a recolher	22	18
IRPF a recolher	10	9
	<b>85</b>	<b>62</b>



**HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

**11. Outras obrigações**

	2021	2020
Repasse de Recursos Retidos a Executar (a)	-	-
Outras contas a pagar	1.242	-
	<b>1.242</b>	<b>-</b>

(a) Conta transitória dos recebimentos dos repasses. Os déficits e superávits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos são lançados nas contas a receber, conforme movimentação na nota 4.

**12. Provisão para encargo INSS - CEBAS**

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização – IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS SAÚDE.

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente através da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso), o IGH obteve o seu Certificado – CEBAS Saúde.

Embora entenda que os benefícios da imunidade tributária e de isenção de contribuições sociais também se aplicam aos contratos sob a sua gestão, a Administração do IGH optou por registrar as provisões dos encargos previdenciários (cota patronal do INSS), sem recolhê-los, até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

Em abril de 2021, a Entidade renovou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Como consequência, a Administração reverteu todo o saldo provisionado até abril de 2021.

A Entidade optou por manter provisionado saldo do INSS (CEBAS) para o período de maio de 2021 a dezembro de 2021, mesmo possuindo certificado vigente à época.

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram a seguinte:

	2021	2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>5.573</b>	<b>3.230</b>
Provisão INSS - CEBAS	2.515	2.343
Reversão de provisão (1) (i)	(6.355)	-
<b>Saldo Final</b>	<b>1.733</b>	<b>5.573</b>
<b>Reversão do INSS – CEBAS</b>		
Reversão da provisão – exercícios anteriores (nota 4)	(5.572)	-
Reversão de provisão – exercício atual	(783)	-
<b>Total da reversão (1)</b>	<b>(6.355)</b>	<b>-</b>

(i) Refere-se a reversão da provisão constituída até abril de 2021. Os valores foram reclassificados para a conta de Direito de Execução de Contrato, vide Nota Explicativa nº4.

**13. Provisão para rescisões trabalhistas**

Referem-se aos valores das provisões das verbas rescisórias dos funcionários alocados ao contrato de gestão, em decorrência deste contrato possuir prazo determinado para encerramento.

**14. Provisão para contingências**

A Entidade não figura como ré em demandas judiciais de natureza trabalhista e cível classificadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda “Provável”. A Entidade possui ainda processos de naturezas cível e trabalhista classificadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda “Possível” no montante de R\$ 134.

**15. Custos dos serviços prestados**

	2021	2020
Medicamentos e materiais (a)	(1.383)	(1.553)
Pessoal (b)	(22.434)	(22.363)
Serviços prestados (c)	(9.398)	(8.353)
	<b>(33.215)</b>	<b>(32.269)</b>

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:



**HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Medicamentos	(323)	(290)
Materiais hospitalares	(623)	(827)
Gases hospitalares	(8)	(13)
Materiais de laboratório	(9)	(29)
Dietas enterais	(6)	(5)
Materiais de uso e consumo	(414)	(389)
	<b>(1.383)</b>	<b>(1.553)</b>

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Glosa/custos ou despesas c/folha (i)	(9.992)	(10.150)
Salários e ordenados	(6.218)	(5.874)
INSS - CEBAS (ii)	(1.733)	(2.343)
13º salário	(707)	(631)
Férias	(1.033)	(941)
Rescisões	(399)	(227)
Prêmios e gratificações	(205)	(177)
Horas extras	(238)	(210)
Adicionais	(1.137)	(1.059)
Vale transporte	(63)	(79)
FGTS	(770)	(718)
(-) Recuperação de despesas	123	143
Outros	(62)	(97)
	<b>(22.434)</b>	<b>(22.363)</b>

(i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal da HEMNSL, e foram mantidos contratos firmados com PJ cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade do IGH/HEMNSL, pois em essência os mesmos trabalham e prestam serviços na HEMNSL e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão.

(ii) Refere-se a cota patronal do INSS, vide Nota Explicativa nº 12.

(c) O saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Honorários médicos	(4.710)	(4.729)
Serviço de limpeza e higienização	(2.074)	(159)
Serviço de lavanderia	(221)	(251)
Serviço de segurança patrimonial	(515)	(448)
Serviço de laboratório e radioterapia	(24)	(20)
Serviço de nutrição	(1.670)	(2.390)
Serviço de engenharia clínica	(176)	(174)
Glosa Fornecedores SES	(8)	(182)
	<b>(9.398)</b>	<b>(8.353)</b>

**16. Despesas administrativas**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Serviços de manutenção	(208)	(225)
Serviços de processamento de dados	(388)	(249)
Serviços gerais	(1.293)	(904)
Aluguéis imóveis	(41)	(13)
Aluguéis gerais	(414)	(521)
Impostos e taxas	(5)	(3)
Outros	(3)	(45)
	<b>(2.352)</b>	<b>(1.960)</b>

**17. Seguros (não auditado)**

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos da HEMNSL, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.



HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

18. Informações complementares

Fluxo de caixa – método direto  
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>Saldo Inicial</b>	<b>7.377</b>	<b>1.020</b>
<b>Recebimentos</b>		
Contrato de Gestão	21.335	29.819
Receita Financeira	62	3
Reembolso	3	7
Outras receitas	32	-
<b>Total de Recebimentos</b>	<b>21.432</b>	<b>29.829</b>
<b>Pagamentos</b>		
Pessoal	10.423	10.057
Material de Consumo	998	2.070
Serviços de Terceiros	15.587	11.065
Despesas Bancárias	7	6
Outras Despesas Operacionais	20	9
Tributos/Taxas/Contribuições	56	28
Despesas com Locações (Imóveis/Equipamentos/Veículos)	173	107
Água/Energia/Telefone/Internet	135	130
<b>Total de Pagamentos</b>	<b>27.399</b>	<b>23.472</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>1.410</b>	<b>7.377</b>
<b>Saldo Financeiro Disponível para o Exercício Seguinte</b>		
Saldo em C/C e Aplicação Financeira	1.408	7.375
Fundo fixo de Caixa	2	2
<b>Saldo Final</b>	<b>1.410</b>	<b>7.377</b>

19. Demonstração da mutações dos superávits (déficits) acumulados

**Demonstração das mutações dos superávits / (déficits) acumulados**

Descrição	Superávits / (déficits) acumulados	Superávits / (déficits) do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>513</b>	<b>(1.773)</b>	<b>(1.260)</b>
Apropriação do superávit (déficit) do exercício anterior	(1.773)	1.773	-
(Déficit) do exercício	-	(3.533)	(3.533)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(1.260)</b>	<b>(3.533)</b>	<b>(4.793)</b>
Apropriação do superávit (déficit) do exercício anterior	(3.533)	3.533	-
(Déficit) do exercício	-	(5.071)	(5.071)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(4.793)</b>	<b>(5.071)</b>	<b>(9.864)</b>

Lucas Silva Carvalho  
Contador CRC BA 033770/O

José Geraldo Gonçalves de Brito  
Presidente

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos  
Administradores do  
**Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL**  
Goiânia – GO

**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL** (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº2, e ainda em observação aos preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 31 de março de 2022.

**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 GO 001837/F-4

**Antomar de Oliveira Rios**  
Contador CRC BA 017715/O-5 – S – GO

Protocolo 296080